

Conflito, violência e autoridade nas escolas: uma observação empírica

*Conflict, violence and authority in schools:
an empirical observation*

*Conflicto, violencia y autoridad en las
escuelas: una observación empírica*

Paulo César Martins Stumpf¹
Universidade de Brasília

Submissão: 05/03/2023

Aceite: 26/11/2023

Resumo

Tendo como base a teoria de Georg Simmel, de que o conflito é mantenedor das relações sociais, este trabalho, por meio de entrevistas e observações, busca apresentar relações de conflito e violência (fortalecendo que conflito é diferente de violência) observadas em escolas de diferentes regiões do Distrito Federal (na região da Fercal, Plano Piloto e no Guará). Vale destacar que a representação social do que seria conflito ou violência é contextualizada nas falas dos entrevistados e nas utilizadas para administrarem conflitos para que estes não se tornem hostis. Punições cabíveis, casos de conflitos vistos como sem solução, a questão da autoridade, a relação da família na administração e agravamento dos conflitos são abordados neste trabalho.

Palavras-chave

Administração de conflito – Violência – Escola – Mediação – Disciplina

Abstract

Based on Georg Simmel's theory that conflict maintains social relations, through interviews and observations this work seeks to present relations of conflict and violence (strengthening that conflict is different from violence) observed in two schools in different regions of the Distrito Federal (in the region of Fercal and Guará). It is worth emphasizing that the native category of what would be conflict or violence is contextualized in the interviewees' speeches and in the ways they decide as appropriate to manage conflicts so that they do not become hostile. Appropriate punishments, cases of conflicts seen as unresolvable, the question of authority, the family's relationship in the administration and the aggravation of conflicts are addressed in this work.

Keywords

Conflict management – Violence – School – Mediation – Discipline

Resumen

Con base en la teoría de Georg Simmel de que el conflicto mantiene las relaciones sociales, a través de entrevistas y observaciones este trabajo busca presentar relaciones de conflicto y violencia (reforzando que conflicto es diferente a violencia) observadas en dos escuelas de diferentes regiones del Distrito Federal (en la región de Fercal y Guará). Vale la pena resaltar que la categoría nativa de lo que sería conflicto o violencia se contextualiza en los discursos de los entrevistados y en las formas que deciden como adecuadas para manejar los conflictos para que no se vuelvan hostiles. En este trabajo se abordan las penas correspondientes, los casos de conflictos vistos como irresolubles, la cuestión de la autoridad, la relación de la familia en la administración y la agravación de los conflictos.

Palabras clave

Gestión de conflictos – Violencia – Escuela – Mediación – Disciplina

Sumário

Introdução – Conflito e violência – Violência escolar – Percepções do conflito e violência – A autoridade – Punições – Administração dos conflitos – Casos vistos como sem solução – Considerações finais

Introdução

Ao falar da relação entre conflito e violências que ocorrem em ambientes escolares, salientamos que com base na teoria de Georg Simmel, os conflitos são fortalecedores das relações sociais e estão presentes em todas as sociedades. O fator preocupante é a necessidade de intervir para que estes conflitos não se agravem e acabem se tornando uma violência, afetando negativamente a harmonia nos espaços sociais.

A forma como o que é considerado um comportamento desviante, e a quem ele incomoda a ponto de se tornar uma sanção, pode ser um padrão de agravamento dos conflitos, levando em conta a contextualização desses comportamentos. Também é importante observar como normas e autoridades garantem um autocontrole dos indivíduos para que se adequem às expectativas comportamentais de determinados espaços, no caso aqui trabalhado, nos espaços escolares.

As entrevistas para esta pesquisa foram realizadas em instituições de ensino médio da rede pública, situadas em distintas regiões do Distrito Federal. As narrativas dos discentes foram coletadas em três escolas entre os anos de 2014 e 2017: uma situada no centro da capital federal, outra na Região Administrativa de São Sebastião (distante 26 km do centro da cidade) e uma terceira no Guará (distante 11 km do centro da cidade). A coleta de dados ocorreu após a realização de uma oficina com discentes

entre 14 e 18 anos de idade, de diferentes séries do Ensino Médio, sobre o tema bullying escolar. A diversidade do público variava conforme a região. No centro da cidade, por exemplo, havia discentes que residiam em proximidades da escola, em bairros de classe média alta. Contudo, a escola também acolhia discentes de outras localidades por diversos motivos, desde a proximidade da escola com o local de trabalho até a percepção de que as escolas da região central oferecem uma melhor qualidade de ensino.

No Guará, também um bairro de classe média, a escola não possuía muitos discentes desta região. A maioria dos discentes vinha de uma região próxima bastante carente, a Cidade Estrutural, local onde se situava-se o aterro sanitário da cidade e que é caracterizado por grande vulnerabilidade social. A escola situada em São Sebastião tinha, em sua maioria, discentes daquela região, local que apresenta elevados índices de violência motivados por disputas territoriais de grupos criminosos.

As primeiras semanas de aula do semestre letivo eram dedicadas a este tema para compreender como o fenômeno se manifestava naqueles contextos. Após uma explanação sobre o tema, os discentes apresentavam, de forma oral ou escrita², situações em que presenciaram casos de conflito e violência no ambiente escolar. Foi assegurado que o anonimato dessas informações seria preservado. As informações eram filtradas e armazenadas para exemplificar diferentes situações em consonância com o objetivo desta pesquisa, que surgiu da necessidade de descrever o fenômeno da violência, mas que não estava vinculada a nenhum projeto de pesquisa ou programa específico.

As falas dos professores, coordenadores, supervisores e membros da direção foram levantadas durante uma pesquisa de campo para a elaboração da minha dissertação de mestrado para o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no ano de 2019. Foram duas escolas localizadas também no Distrito Federal, distantes cerca de 36 km uma da outra, mas selecionadas por receberem discentes de regiões com os mais elevados índices de crime contra a vida a cada cem mil habitantes. Uma escola localizada na zona rural da Região Administrativa da Fercal e outra no Guará, mas que recebia discentes da Cidade Estrutural (esta é a mesma escola que, em anos anteriores, coletei a narrativa dos discentes). A coleta foi realizada durante quatro meses, por meio de entrevistas em

profundidade e observações sobre casos de conflitos e violências e as formas utilizadas para resolvê-los. A escolha dessas escolas se deu principalmente por buscar entender como a violência externa a essas escolas poderia refletir neste ambiente e quais técnicas seriam utilizadas para contornar este problema.

Conflito e violência

Tratando sobre conflitos, violência e relações sociais, Georg Simmel (1858 - 1918) não apresenta a ideia de que a sociedade seja um todo coeso e unitário, mas uma multiplicidade de ações possíveis. A associação se fundamenta no impulso do indivíduo em se relacionar com outros. Caberia à sociologia identificar as formas de socialização que constituem a vida coletiva.

Um emaranhado de múltiplas e díspares relações entre indivíduos, numa incessante interação de uns com outros, inseridos, por seu turno, em estruturas superindividuais mais amplas – o Estado, o clã, a cidade, a família ou o sindicato – que, afinal, não passam de cristalizações dessa interação, embora possam obter uma real autonomia e contrapor-se ao indivíduo como poderes estranhos e externos, simultaneamente tutelares e opressores. (SIMMEL, 2008, p. 9-10)

Georg Simmel analisa o conflito, argumentando que ele é uma das formas mais vividas de interação entre indivíduos e é um modo de resolver divergências, possibilitando algum tipo de unidade. Simmel considera o conflito como constitutivo das pessoas, uma vez que “o indivíduo não alcança a unidade de sua personalidade exclusivamente através de uma harmonização exaustiva” (SIMMEL, 1983, p.124). O conflito é um elemento básico da interação social, está inscrito em nossa própria natureza e é constitutivo na nossa sociedade, não havendo uma ambição em eliminar o conflito. Devemos observar a importância do conflito em espaços escolares, não tratando aqui do fim do conflito, mas sim sua administração para não evoluir para uma violência.

O próprio conflito resolve a tensão entre contrastes. [...]. Essa natureza aparece de modo mais claro quando se compreende que ambas as formas de relação – a antitética e a convergente – são fundamentalmente diferentes da mera indiferença entre dois ou mais indivíduos ou grupos. [...] o conflito contém algo de positivo. (SIMMEL, 1983, p. 123).

O conflito é um elemento intrínseco à dinâmica da vida em sociedade, permeando ambientes como as instituições escolares. Ele não deve ser

necessariamente interpretado como um fenômeno negativo, mas como uma expressão da diversidade que caracteriza os espaços sociais. As divergências de opiniões, interesses, crenças, ideologias e valores se manifestam como conflitos no contexto das interações sociais. Ana Paula Miranda (2007) argumenta que "os conflitos são indispensáveis às sociedades, uma vez que são sistemas abertos de interações individuais, organizacionais e institucionais" (MIRANDA, 2007, p. 408). Quando esses conflitos emergem, é crucial compreender como a comunidade escolar busca administrá-los, quem participa da mediação desses conflitos e qual é o grau de eficácia atribuído pelos seus membros a essas intervenções.

Violência escolar

Reconhecer que o conflito está presente no ambiente escolar e debater os casos vivenciados pode ser uma das formas para lidar com esta situação. Nesse sentido, a sociologia pode oferecer ferramentas conceituais que auxiliam na identificação e compreensão deste fenômeno social.

No conflito desenvolvem-se regras de conduta e formas de expressão das divergências, e, além disso, há nele uma função unificadora, pois aproxima pessoas e permite uma socialização pelo conflito. Por isso favorece um comportamento socializado através das diferenças, promove regulação social através de normatização e determinação de normas e regras de convivência entre os agentes em conflito. Se seguirmos a leitura de Simmel, os conflitos relatados no ambiente escolar seriam caracterizados como parte da vida escolar e comum entre os jovens. Caberia, então perguntar se assim são percebidos os conflitos no ambiente escolar estudado, e, de que forma o encaminhamento desses conflitos podem (ou não) ser produtores e fomentadores de consensos e diálogos entre eles. (PINTO, 2015, p.172)

A violência não é um fenômeno autônomo, mas emerge das interações sociais e se manifesta de maneiras específicas em cada cultura, de acordo com o conjunto de normas e valores que orientam os indivíduos em uma sociedade. Neste contexto, é imperativo considerar as percepções nativas de violência e as estratégias adotadas pelas comunidades escolares em análise para lidar com elas. Ao compreender as dinâmicas de conflito, é possível conceber métodos para gerenciá-los e, conseqüentemente, prevenir casos de exclusão resultantes da violência escolar.

Para Waiselfisz e Maciel (2003), podemos falar da violência em três níveis de análise: a estrutural, institucional e individual:

[...] enfoque teórico-explicativo estrutural procurar considerar a problemática como decorrente de um desdobramento natural de uma crise estrutural mais ampla na sociedade. Assim, para eliminar ou diminuir as violências nas escolas seria preciso, sobretudo, procurar solucionar o problema no nível mais amplo das violências como um todo;

[...] enfoque teórico-explicativo institucional procura verificar o que, no espaço especificamente pedagógico, aconteceu (ou, inversamente, não aconteceu), de modo a favorecer que determinado fenômeno social nele se reproduza;

[...] enfoque teórico-explicativo individual atrela o problema da violência nas escolas a aspectos biológicos, hereditários e de personalidade dos agressores (de WAISELFSZ e MACIEL, 2003, p.23-24)

Bernard Charlot (1997) classificou a violência escolar em três níveis:

- I) a violência – golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismo;
- II) incivilidade – humilhação, palavras grosseiras, falta de respeito;
- III) violência simbólica ou institucional – falta de sentido em permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho; a violência das relações de poder entre professores e alunos; a negação da identidade e satisfação profissional aos professores, a sua obrigação de suportar o absenteísmo e a indiferença dos alunos. (CHARLOT, 1997, p. 01, apud ABRAMOVAY, 2004, p. 69).

A violência escolar pode acabar gerando um desinteresse nos estudos, já que cria um ambiente com conflitos que podem se agravar, principalmente por parte dos que são vítimas de agressão. É possível que estes tenham uma queda no rendimento escolar, abandonem os estudos e agravem ainda mais os índices de evasão escolar (ROSA, FRANÇA, FRIO, 2018). O conflito que se agrava na escola a ponto de se tornar uma violência é prejudicial à relação dos membros que ali interagem. Ter consciência de que a violência é algo passível de ocorrer na escola, que deve ser evitada e adequadamente administrada, lidando com a violência da escola (quando a própria instituição utiliza de sua posição para tal prática), violência na escola (entre os membros que participam deste ambiente), a violência contra a escola (quando a instituição é o alvo da violência) e a violência simbólica (habituada na base do social com regras não escritas), pode oferecer ferramentas para administrar esse fenômeno.

A violência é um conjunto de vias em torno de tensão de confronto e medo. Apesar de sua arrogância, e até mesmo em situações de raiva

aparentemente incontrolável, as pessoas estão tensas e muitas vezes é temível a ameaça imediata da violência, incluindo a sua própria violência; (COLLINS, 2008, p. 8, tradução livre)

Percepções do conflito e violência

Para Michel Misse (2012), quando dizemos que uma coisa é violenta, não estamos apenas a descrevendo, mas também convocando uma repressão a essa violência. A palavra violência está ligada ao crime. As violências que não são criminalizadas acabam por não serem vistas como violência, devendo ser contextualizadas para serem impedidas.

A partir desta perspectiva, é possível considerar que aquilo que, em um dado momento, numa dada sociedade, é considerado como violência varia segundo a natureza da sociedade considerada, conflagrando a realidade empírica da violência como um fenômeno polissêmico e plural. A rigor, não faz sentido falar em violência no singular, já que estamos confrontados com manifestações plurais de violência, cujas raízes e efeitos, igualmente múltiplos, apontam a existência de tipos diferenciados de violência, realidade que remete à necessidade de pensar a violência a partir de suas relações com a cultura. (PORTO, 2002, p. 153)

Na configuração educacional, há uma tendência para confundir o que constitui um ato de violência com o que são interações lúdicas compartilhadas entre os jovens. Para que um ato seja classificado como violento, é necessário que haja uma interpretação de que o ato é violento, levando em consideração a percepção dos atores envolvidos e dos observadores em relação ao fenômeno. Isso implica uma análise contextual e subjetiva, onde a intenção, a percepção e a interpretação desempenham um papel crucial na definição do ato como violento. Observar principalmente quem define um ato como violento se faz necessário para entender a dinâmica dessas relações, já que um ato pode ser não preocupante para um observador externo ou até para um agressor, porém pode ser percebido como extremamente violento pela vítima deste mesmo ato. O trabalho do pesquisador é observar estas disputas de sentido.

Assim, procuro apresentar o conteúdo desses atos por meio da noção de insulto moral, como um conceito que realça as duas características principais do fenômeno: (1) trata-se de uma agressão objetiva a direitos que não pode ser adequadamente traduzida em evidências materiais; e, (2) sempre implica uma desvalorização ou negação da identidade do outro.

[...]

O insulto aparece então como uma agressão à dignidade da vítima, ou como a negação de uma obrigação moral que, ao menos em certos casos, significa um desrespeito a direitos que requerem respaldo institucional. (OLIVEIRA, 2008, p. 136-137)

Muitos dos professores entrevistados disseram que nem sempre interviam em algumas situações de conflito ou violência por acreditarem que aquilo seria uma brincadeira entre jovens daquela idade, principalmente as mais violentas com agressões verbais e físicas entre os meninos, algo muito incentivado em nossa cultura. Caberia então que os envolvidos se manifestassem em determinados momentos para solicitarem que alguma autoridade intervisse. Porém, essa busca dos alunos por ajuda nem sempre é bem-vista pelos colegas, o que pode criar um ambiente problemático aos que não se sentem bem com algumas ações que lhes causem constrangimentos. Muitos professores, coordenadores ou diretores acharam melhor intervirem em algumas brincadeiras, já que na visão deles ela poderia até se iniciar como diversão, mas que tenderia a se tornar um conflito se não fosse interrompida.

O docente conduziu uma estudante à direção da escola devido a um incidente que ele interpretou como violento. A estudante em questão arremessou uma caneta no rosto de outra estudante, ação que ela insistia em classificar como uma brincadeira. No entanto, o docente e outros membros do corpo docente interpretaram o ato como uma agressão, dado que não é aceitável atirar objetos no rosto de outra pessoa, mesmo em um contexto lúdico. A estudante foi então levada à direção, onde foi advertida verbalmente e informada de que a diretora gostaria de conversar com sua mãe.

A questão de quando uma brincadeira se transforma em agressão é complexa. Para um observador externo, um soco pode parecer uma agressão, enquanto para os envolvidos pode ser visto como uma brincadeira. No entanto, a linha entre brincadeira e violência é tênue e pode ser facilmente cruzada, resultando em danos físicos mais graves. Portanto, é crucial monitorar de perto essas interações para prevenir a escalada de violência. (Supervisor 1 na Fercal)

Nestes casos, a representação social de uma violência ou brincadeira nem sempre parte dos alunos, mas dos docentes que observam uma determinada situação e decidem se devem intervir.

Existem situações em que comportamentos machistas e homofóbicos podem ser mascarados como brincadeiras. Embora a intenção possa ser lúdica, essas ações são reflexos de uma herança cultural problemática. Quando esses incidentes ocorrem, é importante corrigir o comportamento, destacando a natureza inaceitável dessas "brincadeiras". (Professor 1 na Fercal)

A importância de inibir uma brincadeira, vista de fora por uma autoridade que não está envolvida no caso, tem como pretensão evitar que esta brincadeira se torne uma violência. As autoridades inibem com punições e não importa se os participantes consideram ou não aquilo como uma violência, mas sim que aquilo pode ser um conflito que pode se agravar e deve ser prevenido. Quanto a isso, há relatos de brincadeiras que se tornaram violência e que necessitaram de uma intervenção:

Houve um incidente em que um estudante sofreu um problema no dente como resultado de uma interação que começou como uma brincadeira. Dois estudantes, que eram colegas de outra escola, começaram a jogar papel um no outro durante a aula. No intervalo, a brincadeira escalou para empurrões, culminando em um dos estudantes dando um soco na boca do outro, resultando na queda de um dente. Isso levou a uma série de consequências, incluindo a mãe de um dos estudantes tendo que pagar pelo dano dental. A escola respondeu aplicando suas normas, que neste caso envolveram a suspensão do estudante agressor e uma reunião com os pais. (Supervisor 1 na Fercal) Por outro lado, a percepção de violência pode variar dependendo do observador. Para alguns, o que pode parecer violento pode ser visto como uma brincadeira interna para os estudantes. Isso se estende até mesmo ao uso de linguagem ofensiva, que pode ser vista como inaceitável para alguns, mas é considerada normal dentro do grupo de estudantes. (Professora 7 no Guará)

A interferência em uma situação, mesmo que está aparente ser uma brincadeira, por vezes pode tornar-se necessária, já que as vítimas nem sempre buscam ajuda e sentem que até mesmo o professor não faz nada para que as agressões acabem. No caso relatado a seguir, um professor não percebeu a gravidade de uma agressão que se intensificou e que as famílias das vítimas precisaram trocar as alunas de escola:

Houve um incidente em que uma estudante, caracterizada como comportada, foi alvo de provocações constantes por parte de seus colegas. Embora inicialmente as provocações parecessem inofensivas, a situação escalou para um ponto em que seu material escolar foi danificado. Como resultado, a mãe da estudante optou por retirá-la da escola. Um padrão semelhante foi observado com outra estudante da mesma turma, que também era comportada, e que teve seu celular furtado. Esses incidentes resultaram na saída de duas estudantes da escola.

Além disso, há uma terceira estudante de outra turma que também é alvo constante de provocações. O professor expressa preocupação, pois acredita que a estudante não encara as provocações como brincadeiras. A situação se tornou particularmente problemática após a estudante se declarar para um colega na frente da turma, o que resultou em ainda mais provocações. O professor está buscando maneiras de abordar a situação de forma madura e eficaz. (Professor 8 no Guará)

Na escola do Guará, foi apresentado que, por vezes, para os alunos “se safarem” de punições após uma situação de conflito, ambas as partes dizem que aquilo não passava de uma brincadeira. Por um lado, isso é bom, já que demonstra que ambas as partes envolvidas chegaram a um comum acordo, cessando o conflito naquele momento e que sanções não foram necessárias para intermediar o conflito. Por outro lado, pode ser preocupante, já que o conflito não será mais administrado e pode voltar a ocorrer se não tiver um acompanhamento.

Quando os alunos percebem que a direção da escola está prestes a intervir em uma situação potencialmente conflituosa, eles tendem a alterar seu comportamento para evitar possíveis punições. Isso geralmente ocorre quando uma briga está prestes a acontecer, mas a intervenção da direção leva a uma mudança na dinâmica, resultando na resolução do conflito. (Professor 2 no Guará)

As “brincadeiras” vistas entre os alunos não são necessariamente casos de violência, mas a atuação de docentes para que estas não evoluam para uma situação de violência que necessite de intervenção justifica a necessidade destes docentes de agirem em determinados casos, mesmo que as partes envolvidas não reconheçam a ação como violenta e afrontosa à moral.

A autoridade

Muito do que se vê nos relatos dos entrevistados é a necessidade dos profissionais da educação (professores, diretores, supervisores...) em reafirmarem suas autoridades, de deixarem bem claro os limites e distinções entre os que ordenam e os que devem cumprir as ordens. Quando deixam claro essa situação, cobram as normas de forma mais rígida, em que admitem que inicialmente essa interação é muito difícil, que tentam apresentar a posição e deveres que cada um deve cumprir no ambiente escolar, e que pode demorar a ser internalizada pelos estudantes, principalmente os das séries iniciais do ensino médio ou fundamental, que ainda estariam se adequando naquele novo momento.

A questão da autoridade também foi muito apresentada, segundo alguns entrevistados, como os casos de conflitos mais frequentes na escola, criticando a forma como alunos tratavam professores e outros servidores. Segundo a fala de um professor, quando “você traz não uma rigidez, mas você traz um método, você traz um procedimento e onde não existe regra quando você implante uma regra, você cria uma

tensão naturalmente” (Professor 2 na Fercal), ou seja, a apresentação de novas regras para adequação, ou a criação de regras onde estas praticamente não existiam, cria uma certa resistência. No entanto, com a adequação de seus membros a essas normas, há um reforço nos laços, afastando-se um pouco de uma situação de anomia social.³

Algumas turmas iniciais do ensino médio podem apresentar um grau de imaturidade e indisciplina superior ao das demais, possivelmente devido à juventude dos alunos. Foi observado que mesmo alunos de dezesseis anos, que poderiam estar frequentando o ensino regular diurno, exibem comportamentos indisciplinados, embora não violentos. À medida que esses alunos amadurecem e formam suas identidades, eles podem desafiar a autoridade e buscar constantemente autoafirmação, o que pode ser a fonte de sua indisciplina. (Professor 3 da Fercal)

Como os jovens estão em um período de testar limites e questionar autoridades, geram diversos conflitos em relação às normas vigentes da escola e buscam uma mudança de regras, como por exemplo, o uso do uniforme escolar. Para Simmel, comportamentos desviantes são formas de resistência ou reação as normas e regras do ambiente de interação, há esforços individuais para se destacar uns dos outros frente a mecanismos de uniformização.

Sem rebeldia e sem contestação não há adolescência normal. Em todas as épocas e em todas as atitudes o adolescente sempre foi um contestador, um buscador de novas identidades, testando diferentes formas de relacionar-se e ensaiando novas posturas éticas. É preciso que se lembrem de que as grandes conquistas do espírito humano foram geralmente produto desta fase tão conturbada quanto criativa, [...] o reconhecimento do fato de que os comportamentos dos jovens que não se ajustam aos valores e normas gerais da sociedade são, com frequência, parte do processo de amadurecimento e que tendem a desaparecer espontaneamente, na maioria das pessoas, quando chegam à maturidade. (OLIVEIRA, 2000, p. 21)

E ainda, quando se fala da clareza com que as regras devem ser apresentadas e da necessidade de que sejam devidamente cobradas, sendo previstas sanções para aqueles que descumprirem as normas, um entrevistado reforça:

O pesquisador questiona um professor sobre a necessidade de vigilância e a rigidez das normas. O professor responde afirmativamente, destacando a importância do respeito aos alunos em sua essência. Ele enfatiza que, embora os alunos tenham muitos direitos, eles também têm obrigações. A escola tem o dever de transmitir essas obrigações aos alunos, bem como a importância do respeito mútuo entre colegas e professores. (Professor na Fercal)

Há o caso de um professor que não conseguiu impor sua autoridade e lidar com as agressões que ocorriam contra uma aluna. A estudante relatou que, nas aulas de atletismo, sofria perseguição de um aluno e que nem mesmo a interferência de um professor resolveu o problema:

Há alguns anos, uma estudante participou de um projeto interdisciplinar de atletismo. Durante esse período, ela foi vítima de bullying por parte de um colega. Embora tentasse aparentar indiferença, a situação a afetava profundamente. A experiência de ser ridicularizada por um grupo de pessoas causava grande tristeza e afetava seu bem-estar emocional.

Com o agravamento da situação, a estudante solicitou à mãe que a retirasse do projeto. A mãe, por sua vez, abordou o professor sobre o problema. O professor se comprometeu a ajudar, mas insistiu para que a estudante continuasse no atletismo, destacando seu desempenho excepcional.

Apesar dos esforços, as provocações persistiram e a estudante decidiu abandonar o atletismo. Embora a mãe compreendesse sua decisão, o professor continuou a incentivar seu retorno. No entanto, a estudante manteve sua decisão. Ela reflete que, se confrontada com a mesma situação hoje, teria agido da mesma maneira. (Aluna do 3º ano em 2017)

O problema, muitas vezes, era resolvido pelos alunos da mesma forma como eram tratados: utilizando-se da violência para lidar com a violência. Esse é um pensamento muito presente no senso comum.

Durante a infância, um aluno enfrentou desafios relacionados ao seu peso. O aluno era frequentemente alvo de zombaria e bullying por parte de seus colegas, uma experiência que ele descreve como profundamente desagradável.

A maneira como o aluno escolheu lidar com a situação, embora não seja recomendada, foi confrontar fisicamente um dos agressores. Após esse incidente, os agressores cessaram temporariamente o bullying. O aluno reconhece que uma abordagem mais apropriada teria sido discutir a situação com seus pais e os pais dos agressores. (Relato de um aluno de dezesseis anos, em 2015)

O conflito pode ser estruturado por meio de mecanismos existentes para o regular e limitar, como na diferença entre uma luta de boxe e uma briga de rua. Uma tem regras, a outra não. Estruturar um conflito implica em regras e práticas que, de um lado, precisam ser aceitas e incorporadas nas práticas sociais. Para estruturar um conflito, é necessário que haja instituições capazes de regulá-lo e que os atores internalizem as regras e aceitem a mediação dessas instituições. Os alunos respeitariam as normas por acreditarem que isso é o correto a se fazer, e os professores deixariam

claro, já no início de suas relações com os alunos, quais são as expectativas em relação ao comportamento dos alunos e quais normas serão seguidas.

Um educador entrevistado sustenta que a implementação do que denomina "pedagogia da continuidade de trabalhos", que envolve o ensino aos mesmos alunos por vários anos consecutivos, é um elemento crucial na mitigação de conflitos. A ideia é acompanhar o aluno do seu primeiro ano até o terceiro ano do ensino médio. O aluno, inicialmente, aprenderia no primeiro ano como se dão as dinâmicas das aulas e as regras estabelecidas. Poderia ter, inicialmente, uma certa dificuldade para se adequar às regras, porém, quando as internalizar, agirá de acordo com o que é esperado, sem causar muitos problemas. A continuidade do trabalho pedagógico pode ser um elemento facilitador na preparação dos alunos para lidar com situações rotineiras da escola, como dias de prova, ausência ou atraso do professor, avaliação de notas e atividades. O educador enfatiza a importância de estabelecer um contrato com os alunos, no qual as normas são claramente definidas e documentadas. Os alunos mantêm uma cópia do contrato em seus cadernos e, em caso de dúvidas ou questionamentos, tanto por parte do professor quanto dos alunos, eles recorrem ao contrato como referência. Isso garante que não haja ambiguidades sobre como suas interações serão conduzidas.

Gostaria de enfatizar a importância da continuidade na relação professor-aluno para a redução de conflitos. No próximo ano, os mesmos alunos continuarão sob minha orientação. Por exemplo, se eu me atrasar para a aula, meus alunos do terceiro ano são capazes de iniciar a aula por conta própria, demonstrando maturidade e responsabilidade. Isso resulta em um nível de conflito praticamente inexistente. Portanto, a continuidade na relação professor-aluno cria uma espécie de amortecimento que contribui para a redução de conflitos. (Professor 4 da Fercal)

Howard Becker (1963) oferece uma reflexão sobre a formação dos conceitos de "normal" e "desviante", ou "certo" e "errado", no contexto das interações sociais. Para construir sua argumentação, ele começa com a constatação da relação entre grupos sociais e regras: todos os grupos sociais elaboram regras (formais e informais) e tentam garantir seu cumprimento. As regras sociais definem algumas ações como "certas" e outras como "erradas". Nesse sentido, o indivíduo que quebra as regras acordadas pelo grupo é visto como desviante. No entanto, o infrator também pode não ver legitimidade nessas regras e perceber seus legisladores como *outsiders*.

Um ato é considerado desviante ou não dependendo de como os outros reagem a esse ato, de variações ao longo do tempo, de quem o comete ou por quem é prejudicado. “Em suma, se um dado ato é desviante ou não, depende em parte da natureza do ato (isto é, se ele viola ou não alguma regra) e em parte do que outras pessoas fazem dele” (BECKER, 2008 [1963], p. 26).

Becker define o crime de maneira instrumental, ou seja, não pelo que ele é, mas pelo que ele faz. Os grupos sociais criam o desvio por meio das normas e os indivíduos que não as seguem são punidos e rotulados como desviantes. O desvio não é uma qualidade ou ato, ele é definido pelo resultado, pela consequência do ato - se foi punido, ele é desviante. O desvio só pode ser considerado como produto das interações sociais, envolvendo o comportamento e a resposta a esse comportamento.

No processo de criminalização de um comportamento, essa ação não é naturalmente um crime, mas se torna um a partir da vitória de um grupo moral sobre outro. O crime só existe na medida em que produz uma ação vitoriosa de um grupo sobre outro. A imposição de regras está fortemente ligada a uma relação de poder: se tenho status, influência e recursos, tenho a capacidade de impor minha vontade a outros que não possuam esses meios. No modelo de Becker, o comportamento (uma ação social) provoca uma reação moral. Essa reação é operada por um grupo social (os empreendedores morais) que entra em conflito com aqueles que defendem a ação desviante (grupo social oposto). Ou seja, há um conflito de significações morais. A partir da reação, um grupo ganha, e a ação social se torna repulsiva ou não para esses grupos.

Punições

Punições são medidas que visam inibir os desrespeitos às normas, uma forma de evitar que se torne um fenômeno de imitação por parte de outros, dando exemplos que determinadas ações não são aceitáveis e suas sanções vão sendo aplicadas de acordo com a infração cometida.

Ao apresentar as formas regimentais utilizadas para punir alunos que desrespeitam as normas escolares, o entrevistado demonstrou que há uma contextualização do problema e que nem todas as transgressões e transgressores podem receber as mesmas punições, uma ação mais grave exigiria uma sanção à altura. O complexo é que um aluno pode ter uma atitude que para ele é vista como uma

brincadeira, mas para outros como uma agressão, como no caso apresentado por um professor:

Em algumas ocasiões, a suspensão de um aluno pode ser percebida mais como uma recompensa do que como uma punição. Isso é particularmente verdadeiro para os alunos do ensino fundamental que estudam à tarde, pois a suspensão lhes permite ficar em casa durante a manhã. No entanto, para os alunos do ensino médio que estudam de manhã e trabalham, a suspensão é vista de forma mais séria, pois interfere em seus compromissos de trabalho.

Portanto, a abordagem preferida é o diálogo, envolvendo a família do aluno para entender melhor a situação e buscar soluções. (Vice-diretora no Guará)

À medida que as infrações se intensificam, a administração escolar recorre à participação da família do aluno. O objetivo é conscientizar a família sobre a situação e promover uma mudança no comportamento do aluno, que é percebido como problemático. Esta estratégia visa estabelecer uma colaboração entre a escola e a família para abordar e resolver efetivamente as questões comportamentais do aluno. Quando a família não comparece ou não responde ao ser chamada, buscam alternativas exteriores à escola, como acionarem o conselho tutelar ou o batalhão escolar, mas o batalhão escolar é visto como última alternativa para se administrar um conflito:

PESQUISADOR: Quais são as estratégias empregadas pela escola para lidar com a dificuldade de contato com as famílias dos alunos?

ENTREVISTADA: Nós, da equipe do Serviço de Orientação Educacional (S.O.E), empregamos diversas estratégias para estabelecer contato com as famílias. Isso inclui telefonemas, envio de bilhetes, advertências e, em última instância, acionamento do Conselho Tutelar, que geralmente resulta na aparição dos pais.

PESQUISADOR: Em relação aos conflitos na escola, você considera que esta escola é um lugar calmo e seguro?

ENTREVISTADA: Não, eu não considero que a escola seja completamente calma e segura. Embora não seja um ambiente extremamente tumultuado, também não é totalmente tranquilo. Acredito que a escola já foi mais pacífica no passado. No entanto, em relação à violência física, ou seja, "brigas", houve apenas dois casos registrados no período vespertino ao longo deste ano, que já está quase em setembro. Nestes casos, os pais foram chamados, um aluno foi transferido por razões de segurança, e tanto o Conselho Tutelar quanto o Batalhão Escolar foram acionados. (Supervisora 1 no Guará)

A proposta é que a escola esgote todos os recursos disponíveis para administrar seus problemas internamente antes de buscar assistência de instituições externas. Apenas quando todos os meios internos forem esgotados, a escola buscará em

instituições externas maneiras de lidar com os conflitos. A intervenção do Conselho Tutelar pode sinalizar para a família que o Estado está iniciando uma intervenção, o que gera preocupação e possíveis medidas para lidar com comportamentos desviantes. No entanto, quando a polícia se envolve, pode haver uma judicialização do conflito que dependeria da interpretação de agentes externos para lidar com conflitos que inicialmente dizem respeito ao ambiente escolar.

Administração dos conflitos

Retomando a perspectiva de Georg Simmel, o conflito, embora possa ser percebido como disruptivo, é uma parte integral e necessária das interações sociais. Não deve ser eliminado, mas sim gerenciado para evitar que se transforme em violência. A conciliação, nesse contexto, pode ser mais benéfica para a dinâmica social, pois mantém a existência do conflito enquanto busca uma resolução mutuamente aceitável entre as partes envolvidas. Ambas as abordagens, o gerenciamento do conflito e a conciliação, preservam as relações entre os indivíduos, pois exigem interação e comunicação para alcançar uma solução para o conflito. Isso está alinhado com a visão de Simmel de que a sociedade é formada a partir das interações individuais e que o conflito é uma parte inerente dessas interações.

O objetivo principal da mediação de conflitos não é, na visão de Cardoso de Oliveira (2002), fazer justiça, mas encontrar uma solução satisfatória para as partes, de modo a promover a reparação moral ou material dos danos sofridos e a resolução ou administração mais duradoura dos conflitos. (NOBRE; BARREIRA, 2008, p. 146-147)

Os conflitos seriam administrados quando estes caminham para uma violência como solução das divergências, ou quando grupos ou indivíduos paralisam suas forças, quebrando a interação e negociação. A mediação não vem para eliminar o conflito, mas para reduzir suas tensões.

PESQUISADOR: Como era a situação anterior e quais medidas foram tomadas para promover a mudança?

ENTREVISTADA: Quando cheguei à escola, já estava ocorrendo uma série de problemas, incluindo violência, depredação do patrimônio, desrespeito aos professores, problemas com drogas e a presença de muitos alunos defasados, especialmente nas turmas de aceleração. Foi um período desafiador. Como orientadora educacional, dividi as ações com o diretor, que se encarregava das questões disciplinares mais severas, como expulsões e transferências. Quando os casos chegavam até mim, eu buscava mediar a situação, ouvindo ambas as partes e

tentando me aproximar dos alunos. Percebi que muitas vezes os alunos não tinham voz, mesmo quando estavam errados, não tinham a oportunidade de refletir sobre suas ações. Portanto, busquei abrir um diálogo com eles e envolver suas famílias. No entanto, percebi que nem sempre envolver a família era a melhor solução, pois em alguns casos poderia piorar a situação para o aluno. Assim, comecei a estabelecer acordos diretamente com os alunos, o que fortaleceu a confiança entre nós. (Vice-diretora no Guará)

Na mediação, o preparo do mediador para agir em determinado conflito e a visão das partes envolvidas de que é vantajoso lidar com este conflito podem evitar que este se agrave.

A distinção entre razões objetivas e reais para se envolver em conflitos, por um lado, e as energias emocionais que podem ser mobilizadas durante o conflito, por outro, lança alguma luz sobre o papel do mediador no conflito. Como Simmel enfatizou, "o mediador pode alcançar a reconciliação ... somente se cada parte considerar que a situação objetiva justifica essa reconciliação e torna a paz vantajosa". O mediador mostra "a cada uma das partes os argumentos e demandas da outra, tirando-as do tom que a paixão subjetiva lhes dá". Ajuda a eliminar excessos irracionais e agressivos do conflito. Mesmo assim, isso por si só não fará com que as partes abandonem sua conduta antagônica, pois, embora o conflito seja reduzido a "fatos simples", as demandas concorrentes ainda precisam ser consideradas. A função do mediador é fundamentalmente eliminar a tensão que apenas tenta se libertar, de maneira que as disputas reais podem ser abandonadas. Além disso, o mediador pode sugerir várias maneiras de resolver o conflito, observando as respectivas vantagens e custos de cada uma. (COSER, 1961, p. 67-68, TL)

Quando uma vítima busca ajuda por conta de um delito, resulta que, em geral, ela não está realmente interessada em iniciar um processo penal, mas sim em uma administração do conflito ao qual está envolvida (reparação ou proteção, por exemplo). No caso de alguma vítima que procura a polícia, o que ela costuma buscar é:

Finalmente, quando se procura a polícia por causa de algum delito, resulta que, em geral, a vítima não está especialmente interessada em um processo penal, ou em conseguir um castigo, mas sim uma resolução do conflito, por exemplo uma indenização, ou em conseguir uma proteção imediata, por exemplo, que a resguardem de ataques de seu marido. (LARRAURI, 2000, p. 232, TL)

Assim, uma observação pertinente a se fazer é que, antes de as escolas buscarem um apoio externo para administrar um conflito interno, como acionar a polícia, é interessante esgotar os meios e recursos para administrar e mediar o conflito,

tentando resolver dentro da escola um conflito que ocorra dentro da escola (mesmo que esse conflito tenha sido iniciado fora da escola).

Casos vistos como sem solução

Após a aplicação das sanções previstas no regimento escolar, quando as instituições de ensino encontram dificuldades para lidar com um aluno que apresenta reincidência em problemas relacionados a conflitos e violência, a última alternativa frequentemente adotada é a transferência do aluno para outra unidade. A instituição é responsável por buscar uma nova escola e, em alguns casos, aceita a permuta de um aluno também identificado como problemático por essa outra escola.

Dado que o conflito não foi resolvido de maneira satisfatória quando administrado internamente, e o comportamento do aluno não se alinha às expectativas da escola, acredita-se que transferir o problema para outra escola, em vez de tentar resolvê-lo, seria uma forma de lidar com a situação a curto prazo. Em outras palavras, o problema não é resolvido, mas sim transferido para outra instituição educacional, que também pode adotar a mesma abordagem.

Uma aluna da minha turma começou a apresentar comportamentos problemáticos, incluindo chegar à escola sob efeito de álcool. Apesar de várias tentativas de repreendê-la, a situação culminou em seu encaminhamento à direção. Anteriormente, já havia ocorrido um incidente com essa aluna durante uma prova de recuperação, quando ela questionou minha avaliação. Tentei explicar que a avaliação era justa e propus que ela apresentasse um recurso formal, mas a aluna continuou a causar tumulto. Quando pedi que ela se retirasse da sala, ela se recusou e tentou me agredir, sendo impedida por outro aluno. Registrei um boletim de ocorrência e, após esse incidente, a aluna melhorou seu comportamento por um tempo.

No entanto, a aluna voltou a apresentar problemas, chegando à escola alcoolizada para fazer uma prova. Quando a diretora tentou impedi-la de sair da escola após a prova, a aluna reagiu de forma desrespeitosa. Apresentei à diretora as ocorrências anteriores envolvendo a aluna, que acabou sendo transferida, resolvendo assim o problema na turma. (Professor 5 na Fercal)

Os participantes da pesquisa enfatizam que empregam diversas estratégias para lidar com os casos na escola. Quando a família dos envolvidos é solicitada e não comparece, ou quando, mesmo com a presença da família, não se observa uma mudança no comportamento dos envolvidos, o caso é considerado sem solução e pode ser encaminhado para uma delegacia.

A abordagem inicial para resolver conflitos entre os alunos é tentar mediar a situação internamente. Se percebemos que o problema pode se prolongar, convocamos os pais e encaminhamos o caso para o Serviço de Orientação Educacional (S.O.E). No entanto, se a situação não for resolvida mesmo após a intervenção dos pais, e dependendo da gravidade do caso, especialmente se envolver ameaças, a questão pode ser levada à delegacia, pois nesse ponto a escola tem poucas opções de intervenção. (Supervisora 3 no Guará)

A escola, por vezes, é quem busca uma nova instituição de ensino para o aluno a ser transferido, mas caso o aluno seja maior de dezoito anos, a escola deixa o aluno escolher o local em que prefere estudar. Na Fercal, os casos que não são considerados toleráveis são principalmente o de consumo de álcool e o de violência física. Esses são passíveis de transferência para outra instituição escolar e vistos como sem solução para a escola que transfere o aluno:

Um caso que se destacou ocorreu quando assumi a direção da escola junto com o diretor. Tratava-se de uma briga física intensa entre duas alunas, uma das quais estava grávida. A briga foi motivada por fofocas e, se não me engano, as alunas eram do turno noturno do ensino médio. Esse incidente ocorreu no início do ano letivo de 2015 e resultou na transferência de uma das alunas, pois a situação era tão grave que a escola teve que interromper suas atividades para lidar com a briga. De acordo com o regimento da época, tínhamos a responsabilidade de encontrar uma vaga em outra escola para a aluna transferida. No entanto, se a aluna decidisse se matricular ou não, isso era uma decisão dela. Hoje, o procedimento mudou. Tivemos um caso recente envolvendo um aluno que foi transferido devido ao consumo de álcool e desrespeito à direção. Como o aluno era maior de idade, deixamos a cargo dele a responsabilidade de procurar outra escola. (Supervisor 2 na Fercal)

Um supervisor de uma escola delinea alguns dos conflitos, principalmente das relações entre alunos e professores no questionamento da autoridade dos professores, apresentando um perfil dos alunos mais envolvidos nestes conflitos:

Em algumas situações, ao intervir em um caso, podemos descobrir problemas subjacentes mais graves. Por exemplo, podemos inicialmente acreditar que um aluno é irrecuperável, mas ao investigar mais a fundo a situação do aluno, percebemos que existem circunstâncias atenuantes. Essas podem incluir situações familiares difíceis, como ter um pai preso ou ser vítima de abuso. Em alguns casos, o aluno pode estar vivendo com um padrasto ou madrasta que o maltrata. Portanto, ao nos depararmos com essas complexidades, começamos a ver a situação do aluno sob uma nova perspectiva e buscamos maneiras de oferecer ajuda. (Professor 5 na Fercal)

Nesta perspectiva de tentar estabelecer um perfil de alunos problemáticos, as ideias de Erving Goffman (1980) discutem como todas as pessoas são definidas por vários atributos (como local de nascimento, local de residência, religião, entre outros) e como esses atributos são relacionados em diferentes situações da vida. Com o estigma, a pessoa possui um atributo negativo que ofusca todos os outros atributos, como ser conhecido como brigão, ter origem familiar em situação de vulnerabilidade ou ser conhecido como alguém que bebe excessivamente. As pessoas controlam certas informações para evitar serem estigmatizadas, como uma doença ou condição física, origem étnica ou familiar e desvio moral. Todos, em algum momento, podem ser vítimas de estigma.

A exclusão de determinado aluno da escola é vista como um meio de preservar a própria escola, de não atrapalhar o coletivo e o funcionamento da escola, preservando as relações de seus membros. Os entrevistados afirmam que, na maioria dos casos, esgotam todas as possibilidades de lidar com alunos vistos como problemáticos para só assim os transferir, exceto em casos que ocorram agressões físicas. Mesmo que os indivíduos envolvidos tenham demonstrado um comportamento adequado antes do incidente de agressão, eles são submetidos à penalidade de transferência para outra instituição educacional. Isso serve para evitar que a escola seja responsabilizada por problemas futuros, uma vez que os alunos estão sob a tutela da escola, que deve garantir sua segurança. A transferência dos alunos envolvidos também serve para prevenir possíveis atos de vingança e novos incidentes, garantindo que tal confronto não ocorra novamente, pelo menos dentro do ambiente escolar.

A decisão de transferir um aluno é tomada quando se esgotam todas as outras opções de intervenção. Isso geralmente ocorre quando o aluno acumula um histórico extenso de advertências e suspensões. Em alguns casos, tentamos mudar o aluno de sala para ver se isso resulta em uma melhora no comportamento. No entanto, se o aluno continua a causar problemas, prejudicando o coletivo e interrompendo as aulas, chegamos ao ponto de considerar a transferência. A agressão física é vista como uma infração particularmente grave, pois além de ser um mau exemplo para os outros alunos, também representa um risco significativo de danos físicos. No entanto, antes de chegar a esse ponto, tentamos várias intervenções, incluindo o envolvimento do Serviço de Orientação Educacional (S.O.E). (Supervisor na Fercal)

Como a transferência é vista como última instância de punição, a enxergam como uma possível forma para que este aluno tente se adequar a um outro ambiente e

que seus membros tenham uma maior capacidade de lidar com seu comportamento, já que não conseguiram tal êxito:

Em situações de conflito intenso, ou quando um aluno está repetindo o mesmo ano por quatro anos consecutivos sem progresso, sugerimos à família que considere a transferência do aluno. A ideia é que o aluno possa encontrar um ambiente educacional no qual se sinta mais confortável e tenha mais chances de sucesso. Casos de desrespeito grave ao professor também podem levar à transferência, como por exemplo, quando um aluno usa linguagem ofensiva contra o professor. No entanto, antes de chegar a essa medida extrema, tentamos entender o que está acontecendo, especialmente se o aluno não tem um histórico de advertências ou suspensões. A transferência é considerada a última opção. (Supervisora 1 do Guará)

A transferência demonstra sua ineficácia, principalmente se a situação não ajudar o aluno e este acabar abandonando a escola. Há situações problemáticas que vão além da capacidade de ação da direção e coordenação, principalmente quando há um conflito familiar (ou fatores externos à escola), em que se tenta mediar na escola com acompanhamento de especialistas (psicólogos e psiquiatras, porém nem sempre disponíveis), mesmo assim podendo não se alcançar o resultado desejável:

Este aluno em particular apresenta uma série de problemas familiares complexos. Desde a escola primária, ele tem demonstrado comportamentos problemáticos. Após uma tentativa fracassada de morar com a avó, ele retornou para viver com a mãe em uma casa fornecida pelo avô, que possui vários imóveis. A família é acompanhada por um projeto da Polícia Militar, que realiza visitas regulares para verificar a situação de violência no lar. Este projeto também envolve a parceria com o Conselho Tutelar, embora o aluno tenha perdido o acompanhamento do Conselho ao completar 18 anos.

A presença do aluno na escola era vista como um alívio para a mãe, mas se tornou um desafio para os professores. Ele recebia acompanhamento psicológico e psiquiátrico, mas abandonou o tratamento. A situação chegou a um ponto em que a escola não tinha mais condições de lidar com o aluno, que confrontava os professores e passava o dia na escola, mas estava reprovado por falta. Apesar de todos os esforços, o aluno acabou pegando a transferência e parou de estudar, representando uma frustração para a equipe da escola. (Vice-diretora no Guará)

Muito foi destacado também que a ausência da família nas atividades escolares dos alunos dificulta muito quando se precisa lidar com problemas de conflitos, atribuindo-se isso a uma característica familiar envolvida pela cultura do machismo, quanto à ausência de figuras paternas nos lares da maioria dos alunos:

PESQUISADOR: Quais são os principais problemas enfrentados pela escola?

ENTREVISTADA: A principal dificuldade é a falta de apoio da família, que é considerada mais prejudicial do que a falta de recursos financeiros.

PESQUISADOR: Quais seriam as causas desses problemas?

ENTREVISTADA: Em relação à falta de apoio da família, vários fatores contribuem para isso. Isso inclui a falta de tempo devido ao trabalho, questões culturais e o machismo. A influência cultural é particularmente forte. Muitas meninas são criadas apenas por suas mães, com os pais sendo figuras ausentes. Além disso, em muitas famílias, o que o pai diz é lei, reforçando a cultura do machismo. A maioria dos meninos na escola também tem pais ausentes, o que destaca a falta da figura paterna. (Supervisora 3 no Guará)

Punições severas aparentam apresentar uma característica menos eficiente, porém muitos as acham mais simples de serem aplicadas. Expulsar o agressor pode parecer que resolve o problema, mas sua eficiência é duvidosa, já que apenas repassa o problema para outra instituição, que se seguir esta mesma lógica, tornará a criar uma relação cíclica do conflito, sem uma resolução plausível que contribua para as interações dos membros no ambiente escolar (STUMPF, 2020).

Kant de Lima (2004) deixa claro que, dependendo da localização, a atuação da polícia - como a forma que os gestores escolares buscam nas instituições policiais para repassarem a responsabilidade de administrarem os conflitos, por meio de alternativas mais repreensivas - ou a forma como os conflitos são administrados pode variar. Ainda segundo Kant de Lima, isso fica mais claro no discurso de moradores de áreas nobres e periféricas, onde a brutalidade e repressão é evidente em uma, e a mediação e a busca pelos melhores meios de solucionar um conflito é mais presente em outra. Os conflitos “são muito mais uma questão de relacionamento entre jovens e seus professores e entre estudantes e a instituição” (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 102). A desconfiança que a presença policial causa nos pobres também é um fator a ser observado, já que ela pode os humilhar, torturar, cometer injustiças e os vê de forma estigmatizada como inimigos a serem combatidos.

É o policial, treinado para vigiar, controlar e reprimir as classes previamente definidas como perigosas, que acaba por reforçar o espelho negativo, montando nos estereótipos e preconceitos sociais e devolvido sem retoques, mas com violência, aos pobres. (ZALUAR, 1985, p.157)

Considerações finais

Na perspectiva de Georg Simmel (1983), o conflito molda o perfil e reafirma a identidade dos membros de uma unidade, expõe ações e limites que diferenciam uma unidade de outras. Nenhum grupo seria inteiramente harmonioso. Em seu interior há harmonia e desarmonia, e isto não é ruim e não coloca a coesão do grupo em perigo, mas a reforça. Tanto o conflito quanto a cooperação possuem funções sociais, contribuem para as interações. O conflito não deve ser visto como algo que quebre as dinâmicas sociais, mas como algo essencial para manter as relações sociais. Ele é uma forma de evitar a dissociação de uma unidade, que seus membros não fiquem apenas acumulando atitudes hostis e se distanciem uns dos outros ou até da própria unidade, mas o conflito garante a interação entre esses membros os obrigando a relacionar-se entre si.

Os educadores, que passam a maior parte do tempo em contato direto com os alunos, e os próprios alunos, que frequentemente estão no centro dos conflitos, devem estar adequadamente preparados para agir assim que identificarem qualquer situação de conflito ou violência que necessite de intervenção. Isso envolve dialogar com os alunos sobre o assunto e prestar assistência a quem precisar, em vez de ignorar o incidente ou considerá-lo uma situação comum entre os jovens. A conscientização e a intervenção proativa são essenciais para a gestão eficaz de conflitos e a promoção de um ambiente escolar seguro e acolhedor.

A escola tem papel fundamental no combate ao agravamento de conflitos que possam se tornar violência, admitindo que seu ambiente é passível desta prática e que precisa orientar seus membros em como agir diante do problema, sendo claro que o foco da instituição é o de não o permitir e cuidar para que ninguém o pratique. Com base na análise dos dados coletados ao longo deste estudo, foram observadas várias ações que podem contribuir para a mitigação da violência escolar. Estas incluem a promoção do diálogo e a escuta ativa de reclamações ou sugestões, o incentivo aos alunos para relatarem casos que presenciarem, a estimulação do combate ao problema, a criação de regras de disciplina em consonância com o regimento escolar que desencorajem atos de humilhação, e a intervenção precoce para evitar o prolongamento do sofrimento das vítimas. Essas estratégias, quando implementadas de forma eficaz, têm o potencial de interromper a dinâmica da violência escolar.

Vale ressaltar que os poucos casos de conflitos e violência observados na pesquisa de campo estariam envolvidos com problemas enfrentados pela comunidade, principalmente os ligados à família que influenciam nas personalidades dos envolvidos em casos de violência. De uma forma geral, os problemas da comunidade não impactam no ambiente escolar, mas em alguns casos em que há condutas conflitivas e violentas de algum aluno, muito se atribui à condição da comunidade em que este vive.

A dificuldade dos alunos na “absorção” das normas, de tomar como parte das suas ações as normas estabelecidas para a conduta no espaço escolar foram mais apontadas por serem mais difíceis nas séries iniciais (indivíduos costumam vir de outras escolas em que a forma de se portar era diferente, e agora além de normas diferentes, se cobra uma certa maturidade frente às ações dos indivíduos), e no começo do ano letivo (período de adequação às novas normas neste novo ambiente), consequentemente levando a mais casos de conflitos e violência. Por conta disso, seria necessário se investir pesadamente em medidas preventivas e de mediação de conflitos para este público, como forma de se administrar os conflitos que venham a surgir e prevenindo que se agravem. Quando as normas se apresentam de forma muito clara e condizem com o contexto da escola e o que se espera dos seus membros, quanto mais é divulgado para seus participantes a forma como se portarem, mais rápido se espera que entendam seus papéis e se adequem a eles. Essa perspectiva pode ser observada nas ideias de habitus de Pierre Bourdieu (2005). O habitus é a internalização do que é exigido nos espaços sociais. Ele é o que é ensinado, é herdado na educação familiar e é aprimorado, desenvolvido e exigido na escola, no espaço acadêmico, no campo profissional e nos demais grupos sociais dos quais o indivíduo participa.

Cada ambiente tem regras próprias de comportamento e atuação dos seus membros. Em uma visão que vai do macro para o micro, pensemos que há as normas e atuações de uma sociedade como um todo (em que se espera que na instituição familiar ocorra uma socialização, um preparo para se portar em sociedade), que se funde e é complementada pelas regras específicas do ambiente escolar, como cumprimento de horários, uso de uniforme, educação seriada, etc., até se chegar nas regras em sala de aula adotadas de forma específica por cada professor, como distribuição de atividades, organização da sala e etc.

O questionamento apresentado pelos entrevistados foi o de que há situações que podem influenciar nessa absorção das regras sociais por parte dos alunos, como a rotatividade (ou até falta) de professores, atrapalhando no desenvolvimento de laços dos alunos e docentes, pois quando acompanham os alunos não só ao longo do ano, mas ao longo das séries, já deixam claro quais as expectativas e normas são esperadas na relação em sala de aula e escola.

Destaco também que os membros da escola tenham em vista o compromisso de cobrarem e aplicarem por igual as normas previamente acordadas, evitando exceções e confusões por parte dos alunos, já que não entenderiam o porquê de se comportarem de uma forma com um professor e poderem se comportar de outra com outro professor. Em geral, o ponto principal para se trabalhar as normas é que estas sejam claras aos que devam as seguir e rotineiramente apresentadas para que não haja dúvidas em relação ao comportamento.

Outra cobrança feita pela maioria dos entrevistados não foi a de se ter a presença da polícia dentro da escola (como propostas de militarização das escolas), mas em frente e aos arredores, principalmente na troca de turnos da escola, momento em que muitos jovens acabam não indo para casa e ficam em frente ou nos arredores da escola e de encontro com pessoas não matriculadas na instituição, sendo mais propícios a casos de violência, o consumo e tráfico de drogas.

Embora não faça referências expressas ao contexto latino-americano, este trabalho certamente trata de questão de interesse para esse contexto, visto que a pesquisa está localizada em Brasília e discute problemas que podem também ocorrer em outras localidades.

Notas

- ¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília; mestre em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Licenciatura em Ciências Sociais e bacharel em Sociologia pela Universidade de Brasília. Professor efetivo de Sociologia no Ensino médio pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
- ² Inicialmente, muitos discentes se sentiam tímidos em falar sobre o assunto, já que muitos seriam vítimas de violência escolar. No entanto, com a proposta de elaborarem uma redação em que o anonimato seria garantido e alertados de que suas narrativas seriam utilizadas apenas para fins desta pesquisa, muitos se sentiram confortáveis para apresentar as mais diversas situações presenciadas em suas trajetórias escolares, enriquecendo ainda mais as informações a serem trabalhadas e diversificando os casos que foram analisados.
- ³ Enfraquecimento dos laços sociais na visão de Émile Durkheim.

Referências

- ABRAMOVAY, Mirian; RUA, M. das Graças. Violências nas escolas. Brasília: UNESCO. Instituto Ayrton Senna. UNAIDS. Banco Mundial. USAID. Fundação Ford. CONSED, UNDIME, 2004.
- BECKER, Howard S. 2008 [1963]. Outsiders. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOURDIEU, Pierre. A violência simbólica. In: A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- COLLINS, Randall. Violence. A Micro-Sociological Theory. New Jersey, Princeton, 2008.
- DAYRELL Juarez, CARRANO Paulo. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- KANT DE LIMA, Roberto. Direitos Civis e Direitos Humanos: uma tradição judiciária pré-republicana? São Paulo em perspectiva, SP, v.18, p.49-59, 2004.
- LARRAURI, Elena. La Herencia De La Criminologia Crítica. Madri: Siglo Veintiuno de España, 2000.
- MISSE, Michel. "Violência, crime e corrupção: conceitos exíguos, objeto pleno", in José Vicente Tavares dos Santos e Alex Niche Teixeira, orgs. Conflitos Sociais e Perspectivas da Paz, Porto Alegre, Tomo Editorial, 2012.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes de. A busca por direitos: possibilidades e limites da participação social na democratização do Estado. In: Caruso, H; Muniz, J, Carballo Blanco, A.C. (Orgs.). Polícia, Estado e Sociedade: práticas e saberes latino-americanos. Rio de Janeiro: Publit, 2007, p. 407-434.
- MORAES FILHO, Evaristo. Simmel. São Paulo: Ática, 1983.
- OLIVEIRA, Eliane Rocha. Dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: Observações sobre a política de atendimento a jovens em conflito com a lei no estado do Rio de Janeiro. In: BRITO, Leila Maria Torraca de (coord). Jovens em conflito com a lei, Rio de Janeiro: editora UERJ, 2000.
- OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso. Existe violência sem agressão moral? Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2008, vol.23, n.67, pp.135-146.

PINTO, Nalayne Mendonça. Percepções de jovens sobre conflitos e violências na escola. Revista Dilemas, 2015.

PORTO, Maria Stela Grossi. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, no. 8, jul/dez 2002, p. 152-171.

ROSA, S. S.; FRANÇA, M. T. A.; FRIO, G.S. fatores associados ao atraso escolar: uma análise sob a ótica da violência. Revista Brasileira de Segurança Pública. V. 12, n.2 p. 188-209, 2018.

SIMMEL, Georg. Filosofia da Moda: e outros escritos. Lisboa: Edições Texto e gráfica, 2008.

_____. Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1983.

STUMPF, Paulo C. M. Análise da administração de conflitos em duas escolas de diferentes regiões administrativas do Distrito Federal. Orientador: Michel Misse. 2020. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <http://necvu.com.br/2020-analise-da-administracao-de-conflitos-em-duas-escolas-de-diferentes-regioes-administrativas-do-distrito-federal/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

WASELFISZ, J. & MACIEL, M. (2003). Revertendo violências, semeando futuros: avaliação do Programa Abrindo Espaços no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Brasília: Unesco.

ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.